

O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo

The geographical territory as a category of methodological studies in Media and Journalism

Rosana Maria Ribeiro Borges

Bacharel em Comunicação Social (Radialismo), mestre em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da mesma instituição e professora com dedicação exclusiva no curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da mesma universidade

Resumo

O artigo debate a categoria geográfica “território” como uma possibilidade teórico-metodológica às pesquisas em Comunicação Social e Jornalismo, especialmente diante da compreensão de que não há conformação territorial sem atribuição de sentidos, ou seja, dos latentes vínculos entre o território e a produção simbólica, que também possui uma dimensão geopolítica, histórica e cultural. Inicialmente, o texto tece algumas considerações acerca das relações, encontros e possibilidades entre a Geografia e o Jornalismo. Posteriormente, caminha para reflexões sobre território, poder e controle, para abarcar os sentidos dos territórios, os processos de comunicação e as dinâmicas territoriais, que cada vez mais erigem em redes. Os apontamentos finais indicam o território como uma categoria metodológica importante aos estudos comunicacionais e jornalísticos, capaz de ampliar leituras, aproximando-as da totalidade dos processos históricos.

Palavras-chave: território geográfico; Geografia e Jornalismo; pesquisa em Comunicação e Jornalismo.

Abstract

The article discusses the geographical category “territory” as a possibility for theoretical and methodological research in Media and Journalism, especially on the understanding that there is no conformation territorial attribution of senses, that is, the latent connections between the territory and symbolic production, which also has a geopolitical dimension, historical and cultural. Initially, the text presents some considerations about the relations, meetings and possibilities between Geography and Journalism. Later, presents reflections on territory, power and control to encompass the meanings of the territories, the processes of communication and territorial dynamics that increasingly erect networks. The final notes indicate the territory as a category important methodological studies and journalistic communication, able to extend readings, approaching the totality of historical processes.

Keywords: geographic territory; Geography and Journalism; research in Communication and Journalism.

INTRODUÇÃO

Assim que me deparei com a chamada de trabalhos para compor o “Dossiê Geografias da Comunicação”, vivenciei uma alegria produtiva, pois vi que estava diante de uma oportunidade ímpar que, como uma luva, seria capaz de substanciar-se numa primeira veste pública de parte da mais relevante pesquisa da minha jornada acadêmica. É que tenho formação na Comunicação Social, atuo profissionalmente no jornalismo e acabo de defender uma tese de doutoramento justamente na Geografia. A tese, intitulada *Pensamentos Dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado*, debateu as relações entre diversos jornais impressos de circulação nacional, regional e local e os processos que ampliaram e reordenaram as fronteiras geopolíticas e geoeconômicas para o território cerradense, hoje considerado “celeiro da humanidade” e “filé mignon da moderna agricultura”, para utilizar um termo empregado pelo geógrafo Antonio Teixeira Neto (2008, p. 238).

Entretanto, não elaborei esse artigo para discutir o objeto da tese, mas parte do aporte teórico-metodológico que o conformou a partir do conceito de território, pois compreendo que o território geográfico pode traduzir-se numa categoria metodológica para os estudos jornalísticos e comunicacionais. Sem demérito de nenhuma outra categoria da Geografia, nem tampouco incorrendo num possível “modismo” de momento, acredito que o território é uma categoria da qual os pesquisadores da Comunicação e do Jornalismo têm de buscar maior aproximação.

Mas antes de aprofundar na discussão inerente a este artigo, quero expressar alguns pensamentos sobre os encontros, os diálogos e as possibilidades que percebo nos dois campos do saber, já que, no decurso do meu doutoramento, muitos me perguntavam o porquê de uma professora da área de Jornalismo estar vinculada à Geografia. O questionamento não me causava estranheza, afinal, não há muitos estudos e publicações aproximativos de ambas as áreas. Surpresa mesmo era a feição das pessoas nos momentos em que a resposta podia fluir: um espanto positivo, elucidador de processos e relações, que comumente desembocava em algo semelhante a “nossa, eu nunca tinha pensado nisso!”.

É que as relações entre a Geografia e o Jornalismo são maiores e mais profundas do que se imagina, a começar pelos antecessores dos atuais geógrafos e jornalistas, os antigos expedicionários. O entendimento de que eles fundaram as bases contemporâneas da Geografia é até muito comum, pois as primeiras concepções geográficas surgiram na Grécia, cuja língua materna inclusive dá origem ao termo “Geografia”, que, traduzido para o português, significa algo próximo à “escrita sobre a Terra”. As epopeias *Iliada* e *Odisseia*, atribuídas a Homero, são tidas como as bases de uma das mais fortes vertentes geográficas, já que tiveram como tema central da narrativa o contato com o empírico por meio de expedições

e viagens por terras míticas, até então desconhecidas. Séculos depois, quando as nações da Europa Ocidental emergiram e sentiram a necessidade de se expandir territorialmente, em virtude da ascensão do capitalismo comercial ou de demandas imperialistas, o conhecimento empírico sobre o mundo tornou-se uma questão de poder: para dominar o meio, era necessário conhecê-lo. Os processos desencadeados pelos expedicionários que descreviam os lugares além da vista e os registravam em imagens, textos, mapas, tratados, cartografias, diários de viagem e relatos reafirmaram as relações entre a Geografia e o poder, ou, em outros termos, o papel estratégico da geopolítica na conformação dos lugares e dos seus significados. Portanto, suas produções também possibilitavam a ampliação dos sentidos do mundo e das pessoas em relação ao mundo.

O que praticamente não é propagado é que os antigos expedicionários também estiveram presentes no início da produção jornalística. Kunczik (2002, p. 22) explica que “na Europa Central, os predecessores dos jornalistas atuais eram os bardos viajantes, que reportavam e comentavam os acontecimentos do dia nas feiras, mercados e cortes aristocráticas, assim como os mensageiros e os escrivães públicos”. Patrocinados pelo poder político, os viajantes e cientistas expedicionários percorriam outros territórios, muitos deles pouco ou ainda não explorados, com a missão de fazer registros, ou seja, produzir informações e atribuir sentidos ao viver, às suas dinâmicas e possibilidades.

Desde o início, as produções geográficas tinham a tarefa de mostrar o mundo e os lugares desconhecidos para o povo europeu. Por isso seus fortes vínculos com as expedições e a afirmação da empiria como princípio metodológico. Entretanto, os textos não se limitavam a descrever o mundo físico e natural. Críticas a processos e transformações espaciais e territoriais também compunham as narrativas, relacionadas tanto ao universo subjetivo dos autores quanto aos lugares e mundos dos quais faziam parte.

Nos primórdios da Geografia, o trabalho de campo constituiu-se na principal metodologia de produção do saber e, no Jornalismo, além de também possuir funções metodológicas, fundou um dos mais importantes gêneros textuais: a reportagem, que se difere da notícia porque, além de apontar os eventos, suas razões e efeitos, levanta e problematiza questões, tece comentários, discute o contexto e tem um claro aporte argumentativo e analítico que não está focalizado somente no factual, além de, em geral, indicar outros desdobramentos.

Apesar de alguns autores afirmarem que os primeiros periódicos foram fundados no paradigma do texto informativo e no discurso retórico como exaltação da fé ou do Estado (MELO, 2003; LAGE, 2008), outros dizem justamente o contrário. É o caso de Martín-Barbero (1997) e Sousa (2008), para os quais os chamados “folhetins” fundaram praticamente todos os gêneros jornalísticos, com vínculos noticiosos fortemente alicerçados nos relatos e relatórios dos expedicionários.

Ainda no que diz respeito à textualidade, a Geografia e o Jornalismo compartilham algo além da escrita. Como ocorre nas demais Ciências e áreas de atuação profissional, a necessidade de expor as produções é uma constante, sendo que o texto escrito é a forma mais usual. Todavia, os geógrafos e os jornalistas comumente recorrem às imagens, suportes necessários ao texto e ao contexto.

Na Geografia a imagem pode ser gráfica, cartográfica, iconográfica, fotográfica, produzida a mão livre ou gerada por meio de complexos *softwares* e tecnologias extremamente avançadas, como os satélites. Simbolicamente, também pode estar relacionada às percepções que as pessoas têm dos lugares, que geograficamente são denominadas como paisagens, que não são somente os objetos contidos nos lugares, já que incluem também as relações sociais e a cultura. Para Santos (2006a, p. 21), a paisagem é “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como um domínio do visível, daquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” A percepção e os sentidos são, portanto, a dimensão da paisagem, cujas formas não se originam apenas das possibilidades técnicas, mas também das condições econômicas, políticas e sociais. Numa cidade, por exemplo, os elementos que formam a paisagem, enquanto resultados do trabalho corporificado, são sempre objetos culturais.

No Jornalismo, a imagem é mais do que um recurso estilístico: é um aporte que constata, confirma, estabelece vínculos com o leitor, traz para ele os acontecimentos, o cenário ou alguma forma de ação que foram abordados no decorrer do texto. Simbolicamente, a imagem possibilita a aproximação com o evento, com o cotidiano, e contribui na formação das impressões estéticas e das representações contextuais. Ela é tão importante que fundou uma ênfase da formação profissional e um campo de atuação: o fotojornalismo, “[...] Uma atividade singular que usa a fotografia como um veículo de observação, de informação, de análise e de opinião sobre a vida humana e as consequências que ela traz ao planeta. A fotografia jornalística mostra, revela, expõe, opina” (SOUSA, 2002, p. 9).

Mas a imagem também é um objeto de estudo da produção científica da Comunicação Social e do Jornalismo, com preponderância das pesquisas relacionadas à análise de conteúdo e de discurso dos veículos comunicacionais e jornalísticos. Entretanto, também se faz presente nas abordagens mais sociológicas – e até mesmo geográficas – que focalizam as relações entre as mídias e o mundo contemporâneo, que não pode mais ser lido em sua totalidade sem que as redes de comunicação e de jornalismo sejam debatidas.

A geógrafa Maria Fernanda Alegria, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, chega a afirmar a emergência de uma “Geografia Mediática” em reconhecimento ao papel dos media, comunicação e jornalismo na formação das pessoas e nas dinâmicas territoriais. Seus argumentos são:

a) Eles são o principal *veículo de informação* sobre áreas distantes e mesmo de boa parte do meio mais próximo. É através dos jornais, da televisão, do rádio, da internet, que podemos ter *acesso ao que se passa no planeta*. b) Com base nessas informações, que nunca são neutras e objetivas, constroem-se imagens, representações da realidade, que contribuem *para se forjar uma identidade comum*. c) Os “media” ocupam um largo espaço na construção dessa identidade, não só por seu papel informativo, mas pela *função de lazer* que está associada à maioria, contribuindo para criar um “*ambiente cultural comum*” (ALEGRIA, 2010, p. 15. Grifos da autora).

Neves e Ferraz também são enfáticos ao afirmar o quanto o fruto do encontro da Geografia com outras áreas do conhecimento pode ser salutar:

Certamente não há Geografia sem que haja transgressão de suas próprias fronteiras [...], a efetivação de um contínuo diálogo com as demais áreas do saber (científico ou não) promoverão a democratização dos discursos e uma experiência dialógica tão necessária para o revigoreamento conceitual e social deste saber. Nesse ponto, o diálogo com outras esferas do saber humano [...] pode contribuir para ampliar os conceitos, indo além do formalismo e da mera especialização dogmatizante dos mesmos. Desta maneira, o geógrafo deve estar preparado para um melhor aproveitamento e uso de novas linguagens pautadas na imagem, pois produzir conhecimento geográfico não pode se restringir a conceitos genéricos com que oficialmente se entende este saber, reduzindo-o a um processo de memorização e reprodução de palavras e conceitos enrijecidos e acabam por se impor à dinâmica do real (NEVES; FERRAZ, 2011, p. 179).

Para além da textualidade, a tentativa de construção de uma leitura capaz de aproximar-se da totalidade indica outra congruência entre a Geografia e o Jornalismo, cujos objetivos, apesar das distinções de cada campo de atuação profissional, bem como dos desvios inerentes à profissionalidade, são igualmente semelhantes, ou seja, estão relacionados à leitura do mundo e dos territórios em sua totalidade. O que os diferencia é que, para o geógrafo, a lente está focada nas categorias e nos objetos geográficos, enquanto o jornalista precisa desses – e de outros focos – para narrar, registrar, contextualizar, debater e refletir sobre os eventos que geram os processos históricos e sociais. Sobre o assunto, Borges e Deus apontam que o Jornalismo é:

[...] *Uma forma sistemática de produção de sentidos sobre o espaço e o tempo vividos*, ou seja, um processo social de significação do mundo orgânica e institucionalmente fundado, que envolve o contato com informações capazes de levar à formatação das notícias. Seu *objeto*, portanto, *é o evento localizado no espaço e no tempo vividos*, e sua finalidade é a produção social de sentidos (BORGES; DEUS, 2012, p. 318. Grifos dos autores).

Nessa perspectiva, ambos possuem um caráter mediador que contribui na produção dos sentidos do mundo, dos lugares e das suas relações, bem sobre os sujeitos que os produzem e que por eles são formados. Inegavelmente, isso implica na conformação territorial, pois não há apropriação de territórios sem que haja atribuição de significados.

TERRITÓRIO, PODER E CONTROLE

No texto *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*, Milton Santos (2006b) postula que “o território é o lugar em que desemboçam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Assim compreendido, o território abarca um leque enorme de elementos, tais como poder, Estado, economia, política, comunicação, cultura, mediações, significações, representações, paisagem, espaço, lugares, redes, entre outros. Resultante da apropriação coletiva do espaço por um determinado grupo guiado por critérios e normas pré-estabelecidas, o território delimita fronteiras e seu verbo se afirma na conjugação do “dominar” e do “apropriar”. Daí emerge seu caráter geopolítico, produto e produtor de dinâmicas e eventos sociais, cujo sustentáculo está justamente nos vínculos materiais e simbólicos que o perpassam por meio das relações de poder que, cada vez mais, erigem em redes.

De fato, a etimologia da palavra “território” tem uma dupla conotação que confirma o seu caráter material e simbólico, pois se relaciona tanto à dominação da terra quanto ao medo que a circunda. Haesbaert (2004) pontua que, no latim, o termo “território” está próximo tanto de *terra-territorium*, relacionado à dominação jurídico-política da terra, quanto de *térreo-territor*, que tem a ver com o terror, apavoramento ou medo de quem, a partir da dominação territorial, sofre com a perda da terra ou com o impedimento de nela adentrar em virtude do estabelecimento de fronteiras.

Em um ou outro caso, é latente uma íntima ligação do território com o poder, seja ele político, jurídico, econômico ou simbólico. Para que um território exista, determinado agrupamento social tem que dele se apoderar, e esse apoderamento não ocorre fora de um contexto e esvaziado de um sentido referenciado por propósitos.

Em decorrência dessa compreensão é que está a distinção entre a “apropriação” e a “dominação”, vastamente debatida por Lefebvre (2001; 2008): no que se refere ao território, o poder tem um sentido concreto – de dominação – e um sentido simbólico – de apropriação. A propriedade, a posse, a funcionalidade, as fronteiras, a territorialidade e o valor de troca são inerentes à dominação territorial, também concebida como “captura” de determinado território. Já as rugosidades, os modos de vida, as formas como as pessoas produzem e traduzem o território (e são por ele produzidas e traduzidas), bem como o seu valor de uso, dizem respeito à “apropriação”, simbolicamente construída. Ao destacar a importância da distinção lefebvriana, Haesbaert diz:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o

espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Enquanto campo de ação/dominação, o território assinala controles que variam de acordo com o tempo e o espaço, com os agrupamentos e com os indivíduos, pois o multipertencimento resulta do movimento histórico que o edifica e das suas constantes transformações, presentes e influentes inclusive no seu status ontológico. O viver no Cerrado próximo ao Parque Nacional das Emas ou na Ilha do Bananal é distinto do viver em meio aos campos de soja de Rio Verde (GO) ou aos mares de cana-de-açúcar que sobem para o Mapitoba (Maranhão, Piauí, Tocantins e Oeste da Bahia), assim como habitar e transitar em regiões nobres de uma cidade é diferente de fazer o mesmo na periferia, e o simples fato de haver territorializações num ou noutro lugar já é um indicativo identificador.

Visto assim, o território pode ser compreendido como produto da relação entre os sujeitos sociais e o espaço – fruto dos modos como a territorialização ocorre e é significada. Ao ser apropriado, ou seja, ao adquirir um sentido simbólico, o território emerge como campo de tensões e disputas, reveladoras da sua dimensão cultural. É o viver é o que modela o território – ao mesmo tempo em que a configuração desse interfere nos modos de vida e nas práticas individuais e coletivas.

54

OS SENTIDOS DO TERRITÓRIO

Apesar de se constituir no campo do poder, o território não resulta apenas das relações de poder/apoderamento. Sua dimensão simbólica implica ideologias, imagens, discursos, signos e linguagens que conformam os modos como é representado, significado, apropriado e até mesmo capturado. São processos que decorrem do imaginário coletivo e definem fronteiras identificadoras que, mesmo sendo intangíveis, apontam caminhos e perspectivas à territorialização.

Portanto, se o território é compreendido como *locus* da vida, a identificação aparece como um de seus elementos centrais, capaz de aglutinar os iguais e de repelir os diferentes. Do mesmo modo, a formação do sentido de pertencimento (e de não pertencimento) está relacionada à identificação-território, à identificação-significado e ao significado-território. Por conseguinte, o primeiro movimento da territorialização é o simbólico, que determina o modo como se dará a apropriação e, posteriormente, a captura territorial.

Nessa leitura, a reflexão sobre a totalidade dos territórios necessariamente tem que considerar as relações com os conteúdos comunicacionais, cuja dimensão não está limitada apenas ao que é disseminado por meio dos veículos

de comunicação ou de jornalismo, já que estão presentes na vida social e, sem eles, não há como afirmar territórios e territorialidades.

Todavia, é importante destacar que a disjunção das dimensões do território só é possível no plano das ideias, ou seja, naquilo que emana do exercício analítico e reflexivo sobre as dinâmicas e configurações territoriais. Além disso, seu caráter comunicacional ultrapassa a interação entre os indivíduos, pois, como dito, implica também – e sobretudo – em produção de sentidos.

Numa perspectiva geográfica, segundo Castro (2001, p. 156), a compreensão do mundo “[...] requer considerar a força dos símbolos, das imagens e do imaginário [...] que possui um inegável valor explicativo”, já que “as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções”. Dito de forma distinta, o campo simbólico é a outra face dos territórios, donde erige a importância de se considerar as redes comunicacionais e jornalísticas nos estudos territoriais, visto que, necessariamente, elas envolvem os significados do território, elaborados por quem produz o lugar em micro, meso e macro escalas.

55

OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS

De tais apontamentos, pode-se dizer que os territórios onde o indivíduo circula, o que deles é apropriado e o modo como essa apropriação ocorre dependem da significação desse indivíduo no lugar e no mundo, bem como do modo como ele entende o lugar e o mundo. O próprio sentido de um território é produzido por discursos historicamente situados, que estão envoltos em hegemônias, disputas, impressões, conceitos, representações e imagens difundidas em distintas linguagens e discursos comunicacionais nada simples.

Do mesmo modo, a territorialidade de cada um – e dos agrupamentos sociais –, que também possui uma dimensão geopolítica, vincula-se às esferas culturais, pois envolve o modo como a terra é capturada, a organização espacial e a apropriação/significação do lugar (HAESBAERT, 2005). Além de um meio que cria, instaura e mantém a ordem, a territorialidade é uma estratégia produtora (e reprodutora) do contexto geográfico que torna possível as experiências humanas e seus significados, inclusive na perspectiva do território.

Na atualidade, as territorialidades são mediadas por inúmeros meios técnicos, entre os quais se destacam os comunicacionais. Inegavelmente, os veículos de comunicação adquiriram uma capacidade muito grande de dar visibilidade ao real, especialmente os que se destinam às práticas jornalísticas, que, deliberadamente, dedicam-se também a formar opiniões. Mas o real que está presente nas páginas dos jornais e revistas ou na telinha da TV não é a realidade em si, e sim uma das diversas leituras possíveis dos eventos e processos territoriais. É

uma parte da vida social que é pautada, produzida, editada e, posteriormente, veiculada. O que é lido e visto é o produto final de uma conjuntura que possui suas tramas e que também carrega seus dramas.

Inicialmente, as tramas podem ser apontadas nas redes de comunicação dirigida, que selecionam temáticas para compor a chamada *agenda setting* e as pautam por dias, semanas, meses, fazendo-as desaparecer posteriormente, com a introdução de novos assuntos que, de alguma forma, apresentam coerência com os modelos e interesses hegemônicos. Já os dramas estão localizados no chamado “pano de fundo”, ou seja, naquilo que motiva a seleção de assuntos, nos modos de abordagem, nas angulações e, fundamentalmente, na disputa da significação atribuída pelos sujeitos que, de diversos modos, estão inseridos no contexto comunicacional.

Portanto, na condição de instituições mediadoras de conteúdos simbólicos, os veículos de jornalismo e de comunicação contribuem na formação humana, independentemente do juízo de valor que se faça a respeito dela. As associações que estabelecem permeiam os processos de significação do mundo, dos lugares e da vida. A análise da totalidade do processo comunicacional por eles promovido, com ajuste de foco não apenas nos conteúdos, na estrutura ou no seu funcionamento, mas com a mira voltada também aos nexos e mediações que produzem ideologias e significações, é capaz de revelar práticas de existências e sociedades historicamente estabelecidas e territorialmente localizadas.

Jesús Martín-Barbero (1997) argumenta que as mediações manifestam-se em práticas concretas que envolvem a socialidade, a ritualidade e a tecnicidade no ambiente cultural e comunicativo, ou seja, no território. A socialidade está presente nas práticas cotidianas e é no decurso dela que ocorre a negociação de poderes dentro da dinâmica social; na ritualidade, os sujeitos e os grupos criam rotinas capazes de assegurar e/ou renovar a produção cultural e os seus sentidos. Já a tecnicidade está relacionada às diferentes formas de encarar a presença e fazer uso dos meios técnicos no mundo e aproxima-se muito do que Milton Santos (1996, p. 20) conceitua e compreende como “meio técnico-científico-informacional”, um “[...] meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação”. A tecnicidade é composta tanto pela concepção instrumental de que os recursos tecnológicos promovem o progresso técnico da humanidade e das sociedades, quanto pela sua interferência nas dinâmicas espaciais, capazes de promover distintas percepções que influenciam no processo de formação da consciência das pessoas e, conseqüentemente, na configuração territorial dos lugares.

Todavia, Mattelart (2000, p. 167) adverte que “esta ênfase sobre as mediações e as interações não pode deixar no esquecimento o fato de que a universalização contemporânea de um sistema produtivo e tecno-científico continua, mais que nunca, marcado pelo desequilíbrio das relações”. Na obra intitulada *A globalização da comunicação*, o autor analisa que, no mundo contemporâneo,

as redes são universalizadoras e estão interligadas à indústria da informação – fábrica de cultura que, junto com o avanço do capitalismo industrial, possibilitou, no século 20, a emergência da chamada “comunicação dirigida”. Integradas ao capital, as redes possibilitam a emergência uma “geopolítica bipolar das tecnologias” que objetiva compreender (e gerenciar) a formação da opinião pública para o atendimento de demandas mercadológicas, além de conquistar o espaço e integrar os territórios, transnacionalizados geoeconomicamente.

Seja qual for a leitura sobre as mediações, ela sempre estará imbuída de análises sobre o poder simbólico, apontado por Pierre Bourdieu (1983) como um tipo de poder capaz de fazer acreditar, crer e ver, que conforma ou transforma determinadas visões de mundo e hegemonias por meio da linguagem. Foi esse tipo de poder que, a partir da proliferação dos veículos de jornalismo e de comunicação, bem como do desenvolvimento das redes informacionais, substituiu o poder coercitivo, face ao seu efeito específico de mobilização, publicização de informações e formação de opiniões. Bourdieu (1983) afirma que o poder simbólico é um poder que consagra ou revela, pois se relaciona ao conhecimento e ao reconhecimento do mundo, do sujeito no mundo, do mundo no sujeito, e também do outro.

Tomando tais reflexões como princípio, Thompson (1998) aborda a presença dos veículos de comunicação na sociedade contemporânea a partir das transformações institucionais e de poder que proporcionam. Como exemplo, cita o local e o espaço do debate público, que paulatinamente foi transferido das praças para a imprensa e demais mídias, dotadas de um enorme poder de interferência em tudo o que pode (ou não) se tornar visível. Isso assinala que, na contemporaneidade, a produção de significados, impressões, conceitos e sentidos é mediada pelos veículos jornalísticos e comunicacionais, incluindo o território, suas dinâmicas e os seus significados, bem como a própria representação geopolítica.

Portanto, geograficamente, a conformação territorial está relacionada ao modo como os bens materiais e simbólicos são organizados e produzidos, bem como às suas formas de circulação em diversificadas redes que resultam de jogos multilaterais empreendidos pela ação do sujeito histórico no mundo, conforme assinala Raffestin:

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Castells (1999) também postula que o reconhecimento da sociedade em rede é hoje uma condição essencial ao desenvolvimento da espacialização e uma

categoria fundamental para o estudo do território, já que o espaço, convertido em informacional, tem nos fluxos uma das suas principais características. Socialmente, o ser e a rede convivem em fragmentações desarticuladoras da existência e de possíveis processos de enfrentamento. Sob os auspícios do paradigma informacional, a tecnologia e a informação passam a balizar transformações, e o aprimoramento individual é apresentado como uma meta a ser perseguida.

Por possuir uma dimensão política e de poder, a rede também envolve o acesso e o uso. De acordo com Santos (2006a, p. 26), “[...] só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios”, reticulados e contraditórios. Pensamento similar apresenta Mattelart (1994, p. 290), quando analisa que “o mundo multipolar, que tece redes através do planeta, torna mais complexas as formas de subordinação de certas sociedades, culturas e modos de vida a outras sociedades, culturas e modos de vida”, conjuntura na qual as instituições de jornalismo e comunicação são protagonistas, pois ocupam um espaço imprescindível ao tempo presente, única possibilidade de existência de um futuro.

Segundo Santos (1996), mesmo que as formas e temporalidades dos fluxos sejam distintas, o capital precisa estabelecer meios e conexões para garantir a produção e a mobilidade material e simbólica. Igualmente, Raffestin (1993) afirma que a mobilidade do capital encontra sua materialização nos meios de circulação e comunicação, que se complementam, dando origem e consolidando redes de transporte – pelas quais escoam o fluxo material – e de comunicação, responsáveis pelos fluxos de dados e informações. Ora, dados e informações compõem conteúdos comunicacionais que se caracterizam enquanto simbólicos.

Na condição de instituições mediadoras de conteúdos simbólicos, os veículos de jornalismo e de comunicação contribuem na formação humana, independentemente do juízo de valor que se faça a respeito dela. As associações que estabelecem permeiam os processos de significação do mundo, dos lugares, dos territórios, enfim, da vida. Do mesmo modo, o território não pode ser pensado sem os conteúdos simbólicos, de tanta simbologia que se faz presente em sua substância. Por isso, pode ser afirmado como uma categoria metodológica dos estudos comunicacionais e jornalísticos, capaz de oferecer lentes, chaves de leitura e mediações reflexivas que se consubstanciam na ampliação do olhar e na localização histórica dos veículos nos territórios, bem como nas relações que estabelecem na trama da apropriação/captura territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRIA, Maria Fernanda. A imprensa no ensino da geografia. In: VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 14set./17 de set. 1992, Porto, Portugal. *Anais...* Porto: APG: AGE: UP, 2010.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; DEUS, João Batista de. Jornalismo e Geografia no espaço e no tempo vividos: encontros, diálogos e possibilidades nos mundos e modos. In: MAIA, Juarez Ferraz de. *Atualidades: estudos contemporâneos em jornalismo*. Goiânia: PUC Goiás, 2012. p. 297-323.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. Trad. de Paula Monteiro. São Paulo: Olho D'água, 1983. p. 22-121.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: _____; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 155-196.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da *desterritorialização à mutiterritorialidade*. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 20 mar./26 de mar. 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP. p. 6.674-6.792.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul – Manual de Comunicação*. Trad. de Rafael Varela Jr. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. Trad. de Maria H. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. *A revolução urbana*. Trad. de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Trad. de Ronald Polito; Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A globalização da comunicação*. Trad. de Laureano Pelegrin. Bauru: EDUSC, 2000.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

NEVES, Alexandre Aldo; FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. *A paisagem geográfica no cinema*. Revista Percurso, Maringá, v. 3, n. 1, p. 163-181, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/12316>>. Acesso em: jan. 2013.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006a.

_____. *O dinheiro e o território*. In: _____ et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto: BOCC, 2002.

Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

_____. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. Porto: BOCC, 2008. Disponível em <<http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: set. 2012.

TEIXEIRA NETO, Antonio. O território goiano-tocantinense no contexto do Cerrado. In: GOMES, Horieste (Coord.). *Universo do Cerrado*. Goiânia: Editora UCG, 2008. p. 232-275.

THOMPSON, John. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 4. ed. Trad. de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.